



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO – FEAAC
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MISHACK KAVUANDA MATAFWALI JIMBA

ADOÇÃO DA IFRS EM ANGOLA: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE
EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 7) DOS BANCOS
ANGOLANOS

ORIENTADOR: CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES

FORTALEZA

2018

ADOÇÃO DA IFRS EM ANGOLA: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 7) DOS BANCOS ANGOLANOS

Mishack Kavuanda Matafwali Jimba¹
Carlos Adriano Santos Gomes²

RESUMO

A aceitação das normas do IFRS como bases para a divulgação de informação financeira está cada vez mais aumentando no mundo inteiro, assim sendo o presente estudo tomou como objetivo avaliar o grau de evidenciação dos bancos angolanos a respeito dos instrumentos financeiros emanados na IFRS 7. Foi realizado uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, com itens de *check-list* para medir o grau de evidenciação dos bancos angolanos nos exercícios de 2015 e 2016. Foram analisados itens do balanço patrimonial, informação dos instrumentos financeiros derivativo qualitativo e quantitativo, gestão de risco e outros itens. Dos principais resultados destacam-se as informações de instrumentos financeiros quantitativos tiveram um aumento no grau de evidenciação de 69% para 100% entre 2015 e 2016. Também foi verificado um baixo nível de evidenciação, no item de análise de sensibilidade e outras divulgações de risco pelos bancos, com apenas 2 bancos evidenciando. O item de políticas e procedimento de gestão de riscos foi aquele mais divulgado pelos bancos com 100% de evidenciação. Verificou-se também que os bancos estrangeiros que estão em Angola são os que menos evidenciam em seus relatórios os itens obrigatórios do IFRS. Conclui-se que houve uma melhoria no grau evidenciação de 2015 para 2016 dos instrumentos financeiros.

Palavra-Chave: IFRS, Instrumentos Financeiros, Bancos Angolanos.

ABSTRACT

The acceptance of the IFRS standards as bases for disclosure of financial information is increasingly growing worldwide, so the present study aims to evaluate the degree of disclosure of the Angolan banks regarding the financial instruments, emanated in the IFRS 7. An exploratory research of a qualitative nature was carried out, with checklist items to measure the degree of disclosure of Angolan banks in the years 2015 and 2016. It was analyzed, the balance sheet items, qualitative and quantitative derivative financial instruments information, risk management and other items. Of the main results that stands out are the quantitative information of financial instruments that had an increase in disclosure from 69% to 100% between 2015 and 2016, also a very low level of disclosure was verified in the item of sensitivity analysis and other disclosures of risk by the banks, with only 2 banks disclosing. The risk management policy and procedures were the most disclosed item by the banks with 100% degree disclosure. It was also found that foreign banks in Angola are the least that disclose in their reports the mandatory items of IFRS. It was concluded that there was a reasonable improvement in the degree of disclosure of financial instruments from 2015 to 2016 by the banks of Angola.

Keywords: IFRS. Financial Instruments, Angolan Bancs.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização econômica, fez com que muitas empresas lograssem ascender no mercado internacional, para fins de troca de produtos e serviços, compra e venda de títulos na bolsa de valores bem como se instalar em mercados de outros países.

O acelerado avanço da internacionalização da economia lançou luz sobre problemas do campo corporativo antes negligenciados, como por exemplo, a diferenças conceituais e de apresentação dos relatos financeiros de empresas entre os países, fenômeno que torna

¹ Estudante Graduando em Ciências Contábeis – Universidade Federal do Ceará

² Professor Doutor do Departamento de Contabilidade – Universidade Federal do Ceará

difícil a compreensão de seus conteúdos e termina por dificultar tomada de decisão em entidades ramificadas internacionalmente.

Com o intuito de construir soluções para mitigar diferenças nas regras contábeis adotadas por cada país e avançar na convergência de normas internacionais de contabilidade, foi fundado em 1973 a *International Accounting Standards Committee* (IASC), organismo internacional responsável pela elaboração das normas contábeis internacionais (ZEFF, 2012), com o objetivo de “[...] formular e publicar, no interesse público, padrões básicos a serem observados na apresentação de contas auditadas e demonstrações financeiras e para promover sua aceitação mundial.” (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006, p. 51), entidade que, em 2001 foi substituída em suas funções pela *International Accounting Standards Board* (IASB) (NOBES; PARKER, 2012).

A criação do IASB e a adesão de representantes de mais de 120 países fortaleceu a ação de minimizar as diferenças internacionais de relatos financeiros e homogeneizar os princípios contabilísticos, a partir da adoção da *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS). Tal adoção é o reconhecimento da necessidade de os relatórios contábeis terem qualidade de informação capaz de influenciar nas decisões corporativas, e esse é um dos motivos que explica a expansão na adoção das IFRS entre os países desenvolvidos e também naqueles em via de desenvolvimento. Nesse contexto, 35 países africanos tais como: África do Sul, Angola, Namíbia, Nigéria, Ghana e Kenya, também já passaram a exigir que os relatórios financeiros sejam elaborados com base nas normas internacionais de relato financeiro (IFRS, 2018).

Estudos em alguns desses países apresentam como a adoção da IFRS tem influenciado sua contabilidade positivamente, um desses estudos mostrou que houve um aumento no nível de aceitação dos relatórios financeiros por investidores internacionais, nas empresas de capital aberto e quanto ao *compliance* foi verificado que empresas com propriedade estrangeira estão significativamente correlacionadas com o cumprimento da IFRS nesses países (BOVA; PEREIRA, 2012; NWOYE; CHIDOZIEM; CHINONSO, 2017; SHEHU; MASUNDA, 2015).

Em Angola o Banco Nacional (BNA) assumiu o compromisso de adotar completamente a IFRS (BNA, 2016), para efeito divulgou Guias de Implementação Prática (GIP), que serviram de apoio às instituições bancárias na adoção da IFRS em matérias de grande complexidade.

Em 2016, após consulta pública desses guias, o BNA publicou Instrutivos que estabelecem os procedimentos que as Instituições Financeiras Bancárias devem observar na adoção pela primeira vez das IFRS.

No âmbito da significância do processo atual de implantação das IFRS em Angola, o instrutivo de “Divulgações relativas a instrumentos financeiros requeridas pela IFRS 7” será o foco desse estudo que visa responder a seguinte questão: Os bancos angolanos vêm divulgando as informações dos instrumentos financeiros de acordo com o que é preconizado na IFRS 7?

A fim de responder à questão gerada, o estudo tem como objetivo avaliar o grau de evidenciação dos bancos angolanos a respeito da evidenciação dos instrumentos financeiros emanados na IFRS 7. Os objetivos específicos desse estudo foram: descrever o processo de adoção da IFRS em Angola; avaliar comparativamente o cumprimento da IFRS 7 entre os bancos angolanos e comparar com outros estudos elaborados por outros autores. Foi realizado uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, com itens de *check-list* para medir o grau de evidenciação dos bancos.

O trabalho foi dividido em cinco seções, incluindo esta Introdução. Na segunda seção examina-se a literatura a respeito da necessidade da harmonização contabilística, enquadramento da contabilidade angolana e estudos anteriores. A terceira explica os métodos utilizados na pesquisa, seguida da quarta que relata os resultados do estudo. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões e recomendações para estudos posteriores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A necessidade de harmonização contábil

A harmonização contábil tem permitido com que a troca de bens, serviços e tecnologia, não se restrinja apenas ao país de origem, dessa forma a globalização vem quebrando barreiras, expandindo a economia nacional para níveis internacionais.

A economia internacional vem enfrentando várias fases ao longo do século XX, saltos tecnológicos, mudanças de padrões monetários, crises financeiras, anos de crescimento sustentado seguidos de conjunturas de estagnação, surtos de liberalização alternando com impulsos de protecionismo comercial etc. (ALMEIDA, 2001). Considerando-se tal contexto, dado a diversidade na economia internacional e crescimento das empresas e novos investidores, ganha a importância o debate sobre a qualidade da informação financeira, impondo assim uma discussão profunda sobre a necessidade da harmonização internacional da contabilidade.

De acordo com Alves Antunes (2010, p. 1) “A investigação em Harmonização Contabilística Internacional tem ganhado grande relevância nos últimos anos devido ao fenómeno da globalização dos mercados e consequente internacionalização dos negócios”. Órgãos internacionais têm feito vários esforços para que se reduza a grande distinção na prática contábil, mas a forma como os princípios contábeis são adotados e aplicados de diversas formas em diferentes países, faz com que o processo da Harmonização apresente alguns obstáculos, que devem ser superados. (MADEIRA; ASSIS; SILVA, 2004) alguns deles são elencados no Quadro 1, com base na literatura:

Quadro 1 - Obstáculos enfrentados na harmonização contábil

Obstáculos	Autores
O alto grau das diferenças entre as normas e práticas contábeis dos diversos países;	Amaral (2001); Dowa <i>et al.</i> (2017); Leite (2013); Madeira, Assis e Silva (2004); Meirelles Junior (2009); Nobes e Parker (2012).
A falta, em alguns países, de entidades de profissionais com poder de influência e de organismos reguladores com poder de influência;	Dowa <i>et al.</i> (2017); Leite (2013); Meirelles Junior (2009); Nobes e Parker (2012).
O problema do nacionalismo existente nos países, empresas e profissionais de contabilidade mostrando uma certa relutância a harmonização, visto que o processo envolve um compromisso em usar as práticas contabilísticas de outras regiões;	Leite (2013); Meirelles Junior (2009); Nobes e Parker (2012).
O efeito das consequências económicas nas normas contabilísticas;	Dowa <i>et al.</i> (2017); Herbert, Ene e Tsegba (2014); Madeira, Assis e Silva (2004); Nobes e Parker (2012).
A forte vinculação da legislação tributária nas suas demonstrações contabilidade, fruto de uma intervenção estatal mais incisiva no passado;	(leite, 2013)
Alto custo de implementação bem como a falta de treinamento, compreensão e experiência por	Al-mutairi, Naser e Al-duwaila (2017); Alzeban (2016); Bogdan <i>et al.</i> (2017); Dowa <i>et al.</i> (2017);

preparadores dos relatórios financeiros com o uso de IFRS	Herbert, Ene e Tsegba (2014); Zeghal e Mhedhbi (2006)
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Percebe-se que o principal obstáculo com a harmonização contábil está relacionado com o impacto económico, a competência e influência dos organismos responsáveis, cultura e história.

A adoção das normas internacionais de contabilidade é uma decisão estratégica e crítica, e requer um nível elevado de educação, competência e experiência para poder interpretar e fazer uso dessas normas. (ZEGHAL; MHEDHBI, 2006). A superação desses obstáculos é bastante importante para que haja um aumento na transparência contábil, tornando as informações financeiras mais confiáveis e credível para os investidores internacionais, facilitando a compreensão e comparação dos relatórios contábeis pelos analistas financeiros é fundamental.

2.2 Enquadramento da Contabilidade angolana

Angola, denominada oficialmente como Republica de Angola que tem como capital Luanda, é um país da costa ocidental da África que ocupa uma área de 1.246,700 km², com uma população estimada em 22 milhões de habitantes. A língua oficial de Angola é o Português e moeda nacional é Kwanza (Kz).

Antes de alcançar a independência, Angola foi por um longo período uma colônia portuguesa. A chegada dos portugueses em Angola no século XV foi motivada pelo desejo de evangelização e comércio. Nesta altura Angola era dividida por diversos povos de línguas diferentes, interligados pelo comercio e troca. Apesar dessa ligação os povos eram diferentes que moveu os colonizadores ao confronto com a insubmissão e rebelião dos povos nativos, culminando mais de cinco séculos de colonização.

Em 1961 começa-se as primeiras ações violentas para a libertação do domínio de Portugal em Angola, que se alastrou até 11 de novembro de 1975, data da proclamação da independência da Republica de Angola.

Após tornar-se independente do domínio de Portugal, o que parecia ser o fim de um longo conflito, só estava começando pois no mesmo ano Angola entrou em uma guerra civil que durou quase 30 anos e só terminou com os acordos de paz de 2002.

Apesar de ter sofrido muitos anos de guerra, que causou significantes debilidades econômicas e sociais, o país tem apresentado ao longo do período desenvolvimento econômico positivo. Angola é considerado um dos países africanos com uma economia crescente. Em 2000, detinha entre os catorze países que integram o espaço da *Southern African Development Community* (SADC), o 8º mais elevado Rendimento Nacional Bruto per capita (ANTÓNIO, 2014; SANTOS, 2012).

A economia de Angola, é bastante dependente das receitas do petróleo. Com a guerra a agricultura e a pesca perdeu relevância por muitos anos, resultando em poucos investimentos. Devido à queda substancial do preço mundial do petróleo, os resultados do crescimento da economia, deram lugar à uma contração, levando o país a repensar estratégias para sua diversificação, de modo a reduzir a dependência da indústria petroléira.

O sistema contábil angolano também passou por alterações, com o crescimento da economia angolana, a expansão dos negócios em nível internacional, bem como os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), se viu necessário revisar os sistemas econômicos e o Plano de Contas Nacional (PCN) aprovado em 1979, dessa forma o ministério das

finanças a partir do Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro no seu artigo 2.º, aprovou o Plano Geral de Contabilidade Angolana (PGCA) (ERNESTO, 2016).

O Quadro 2 apresenta um breve resumo dos acontecimentos que marcaram a evolução da contabilidade em Angola.

Quadro 2 - Evolução da história da Contabilidade em Angola

Ano	Acontecimento
1975	Proclamação da independência de Angola
1976	Criação do ministério das Finanças
1978	Elaboração do plano de contas criado pelo ministério do comércio interno, com o intuito de uniformizar o controlo económico das suas unidades económicas estatais
1979	Aprovado o plano de contas nacional, pelo Decreto nº250/79 de 19/10.
1982	Aprovado o plano geral de Contabilidade, pelo Decreto nº82/01 de 16/11 Plano de contas de Angola, ainda em vigor.
1995	Criação da ordem dos contabilistas e peritos contabilistas Angolanos (OCPCA)
1997	O ministério das Finanças institui a criação do mercado de capitais e Bolsas de valores.

Fonte: Landu (2014, p. 21).

Atualmente em Angola existem dois planos de conta, após 19 anos de implementação da PGCA, o ministério das finanças através do Decreto n.º 82/2001 de 16 de outubro aprovou O Plano Geral de Contas (PGC), para aplicação obrigatória nas sociedades comerciais e empresas públicas que operam no território angolano. O segundo é Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) instituído pelo Banco nacional de Angola (BNA) pelo instrutivo 09/07 de 19 de setembro que entrou em vigor em 2010 para aplicação obrigatória do setor bancário e segurador (BRAVO, 2015).

2.2.1 Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade em Angola

Face as mudanças correntes nos normativos contábeis internacional e como uma medida de estabilidade, solidez e atualização continua do sistema financeiro angolano, é relevante salientar que o ministério das finanças de Angola, ao elaborar o PGC teve como base o IASB, convergindo assim as suas práticas com as normas internacionais. Apesar dessa convergência inicial, o BNA foi a primeira instituição em Angola a levantar interesse na adoção plena das IFRS, por isso o foco numa primeira fase ficou no setor financeiro.

Em vista disso o BNA, levou um plano para que as instituições financeiras preparem suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS de forma mandatária a partir do exercício de 2016.

O plano é dirigido as instituições financeiras que atendem aos seguintes critérios previstos no Artigo 5.º do Aviso n.º 06, de 22 de junho 2016:

- a) instituição possui ativos totais acima de AKZ 300 000 milhões individualmente;
- b) instituição está listada na bolsa de valores ou é uma subsidiária de uma empresa listada na bolsa de valores;
- c) instituição possui uma ou mais subsidiárias domiciliadas no exterior;
- d) instituição tem sede em Angola e é filial de uma empresa domiciliada no exterior;

- e) instituição é uma subsidiária de uma instituição que atende a quaisquer dos critérios anteriores.

Segundo a Associação Angolana de Bancos (ABANC), dos 27 bancos em atividade no país em 31 de dezembro de 2016, 13 atenderam aos citados critérios e apresentaram suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS.

Perante este processo de Adoção da IFRS, o BNA apresentou dois documentos de consulta pública que seriam as Guias de Implementação Prática (GIP) e a Revisão do Plano de Contas para as Instituições Financeiras (CONTIF). As GIP's divulgadas pelo BNA após consulta foram ajustadas e transformadas em Instrutivos, os mesmos abordam os seguintes assuntos: Perdas por imparidade para a carteira de crédito; Método da taxa de juro efetiva no reconhecimento de rendimentos e gastos de instrumentos financeiros; Locações; Divulgações relativas a instrumentos financeiros requeridas pela IFRS 7; Reconhecimento e mensuração de títulos e valores mobiliários; Reconhecimento; IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS.

2.2.2 Evidenciação de instrumentos financeiros pelos bancos de Angola

A divulgação relativa a instrumentos financeiros requeridas pela IFRS 7 que é o foco desse estudo, é um instrutivo do BNA, que estabelece os procedimentos que as instituições financeiras bancárias devem observar na elaboração das divulgações sobre instrumentos financeiros, nos termos previstos pela Norma Internacional de Relato Financeiro 7 (BNA, 2015).

Em consonância com a IFRS 7 e com o Instrutivo n.º 20/2016 de 6 de setembro relativo a divulgações relativas a instrumentos financeiros divulgada pelo BNA, segue alguns itens no Quadro 3 que as instituições financeiras deveram no mínimo divulgar:

Quadro 3 – Alguns itens relativos a divulgações relativas a instrumentos financeiros

Balanço Patrimonial incluindo o balanço de abertura de acordo com a IFRS: relativamente ao balanço, informação suficiente de forma a permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a relevância dos instrumentos financeiros para a posição financeira e desempenho das instituições.
Demonstrações dos resultados: informação a respeito à rendimentos, gastos, ganhos ou perdas de instrumentos financeiros.
Demonstrações de alterações nos capitais próprios.
Demonstrações dos fluxos de caixa: informação que permita aos utilizadores das suas demonstrações financeiras avaliar a natureza e a extensão dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros aos quais as instituições se encontram expostas à data de relato financeiro. Estes riscos incluem, entre outros, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado.
Notas relacionadas, incluindo informações corporativas para todos os elementos apresentados: informação relevante, relacionada com políticas contabilísticas, contabilidade de cobertura e justo valor.
As Instituições devem evidenciar como a transição para as IFRS afetou o seu balanço, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

Fonte: BNA Instrutivo n.º 20/2016.

Para se entender esse instrutivo, precisa-se entender três conceitos: evidenciação, instrumentos financeiros e derivativos. Evidenciação consiste no compromisso que a empresa tem de atender seus usuários com as informações relacionadas a empresa, auxiliando os mesmos na tomada de decisão. (MAPURUNGA *et al.*, 2011).

O conceito de instrumentos financeiros é definido por Darós e Borba (2005) como todo contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou título representativo do patrimônio em outra entidade.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam de um ativo. (AMARAL, 2003). Esses instrumentos são utilizados pelas empresas para realizar *hedge*, gestão de riscos que advém da oscilação dos preços ou mesmo especular, contudo a sua utilização indevida pode causar enormes prejuízos às empresas. (MURCIA; SANTOS, 2009).

Percebe-se, assim, a complexidade e relevância da evidenciação desses instrumentos de forma adequada e em conformidade às exigências das normas contábeis. (PEIXOTO; MALAQUIAS, 2012).

2.3 Estudos anteriores

Dada a relevância do processo de adoção das normas internacionais de informação financeira, vários estudos científicos foram desenvolvidos nos últimos a respeito do nível de aderência às normas da IFRS relativas a instrumentos financeiros.

Um dos estudos sobre esse assunto em Portugal realizado por Lopes e Rodrigues (2007) buscou analisar os fatores determinantes do nível de evidenciação dos instrumentos financeiros de companhias portuguesas, os resultados foram que o grau de divulgação está significativamente relacionado ao tamanho, tipo de auditor, status de listagem e setor econômico.

No Brasil estudos como de Ambrozini (2014), Carneiro (2008), Costa Junior (2003), Darós (2006), Darós e Borba (2005), Lemos, Rodrigues e Ariza (2009), Malaquias e Carvalho (2006), Mapurunga *et al.* (2011), Murcia e Santos (2009), Peixoto e Malaquias (2012) procuraram estudar a divulgação de instrumentos financeiros e o seu nível de evidenciação em empresas brasileiras, revelaram que o nível de divulgação entre as empresas brasileiras desses instrumentos tem melhorado bastante desde as pesquisas mais antigas que mostraram que nessa época as empresas não atendiam as determinação da norma, de forma clara, concisa e objetiva, as informações referentes às suas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. (COSTA JUNIOR, 2003; DARÓS e BORBA, 2005)

Em 2009 o estudo de Murcia e Santos (2009), concluiu que houve uma melhoria na divulgação das empresas a respeito dos instrumentos financeiros, embora não divulguem as informações exigidas pela norma integralmente.

No estudo de Darós (2006), realizado em empresas americanas, o autor identificou falta de avaliação dos instrumentos a preços de mercado, ausência de divulgação das políticas de investimento em derivativos e falta de controle do risco de mercado, câmbio e crédito.

Estudos realizados em países africanos que já têm a IFRS implementada, indicam um aumento na qualidade de informação a adoção da IFRS. Na Nigéria os autores Nwoye, Chidoziem e Chinonso, (2017), analisaram 27 relatórios financeiros de 9 bancos nigerianos, e evidenciou que o nível de *compliance* dos bancos realmente melhoraram a aceitabilidade dos seus relatórios financeiros por parte de investidores externos. Esse estudo também confirma pesquisas anteriores de Abdulsallam *et al.* (2016) e Tanko (2012) realizados na Nigéria a respeito da qualidade da informações financeiras dos bancos nigerianos.

O mesmo pode se dizer para Egito, Uganda, Tanzânia, Rwanda, Kenya, África do Sul, Egito e Botswana que registrou aumento na qualidade de seus relatórios financeiros, por sua vez no Egito foi registrado que o nível de aderência as normas internacionais estão relacionadas a governança corporativa, onde as instituições de propriedade estrangeira são as que mais cumprem com a IFRS (EBRAHIM; FATTAH, 2015; BOVA; PEREIRA, 2012; EBAID, 2016; HILLIER; HODGSON; NGOLE, 2016; OUTA; OZILI; EISENBERG, 2017).

3. METODOLOGIA

Esta investigação é de natureza qualitativa, do tipo exploratória, de acordo com Gil (2017) é aquela que não se preocupa com a representatividade numérica e tem o objetivo de familiarizar-se com um assunto que ainda não é conhecido ou pouco explorado. Como essa investigação analisa as formas de evidenciação dos Demonstrações Contábeis, essa tipologia foi o mais adequado para se atingir os objetivos da pesquisa.

A fonte de informação desse estudo, é bibliográfica e documental. A técnica bibliográfica será útil porque nos permitirá ter um enquadramento da teoria do nosso objeto de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2017). Já a documental Gil (2017) esclarece que é utilizada quando se quer esclarecer uma determinada coisa ou quando o documento utilizado possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Em vista disso a pesquisa documental foi feita nos relatórios financeiros de bancos angolanos e nos instrutivos financeiros publicados pelo BNA.

Para análise foi utilizado uma amostra de 13 bancos, que elaboraram suas demonstrações contábeis conforme a IFRS/IAS, apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Amostra em estudo

Sigla	Designação do Banco	Natureza
BPA/ATL	Banco Millennium Atlântico, S.A.	Banco Nacional
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A.	Banco Nacional
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.	Banco Nacional
BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro
BIC	Banco BIC, S.A.	Banco Nacional
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.	Banco Nacional
BRK	Banco Regional do Keve, S.A	Banco Nacional
FNB	Finibanco Angola, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro
SCBA	Standard Chartered Bank Angola, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro
SOL	Banco Sol, S.A.	Banco Nacional
VTB	Banco VTB África, S.A.	Banco detido por Banco Estrangeiro

Fonte: Associação Angolana de Bancos (2016, p.10)

Após ser selecionado a amostra, os dados das empresas foram coletados das demonstrações financeiras do período de 2015 a 2016, notadamente nos seguintes relatórios: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Resultado Abrangente; Notas Explicativas;

Com base na IFRS 7 e com o Instrutivo n.º 20 de 6 de setembro 2016 relativo a divulgações relativas a instrumentos financeiros divulgada pelo BNA, foi definido 17 itens de evidenciação para *check-list* que englobam a norma:

(i) As que permitam aos usuários avaliarem a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade: Ativos financeiros ou passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado; Provisão para perda com crédito; Descumprimento de compromisso contratual; Itens de receita, despesa, ganho, perda e outra divulgações como políticas contábeis, contabilidade de hedge e valor justo, etc.

(ii) As que permitam aos usuários avaliarem a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao qual a entidade está exposta e como esta gerencia

esses riscos: Divulgação qualitativa e divulgação quantitativa, a qual abrange: Risco de crédito; Ativos financeiros vencidos ou sem perspectivas de recuperação (*impaired*); Garantias e outros instrumentos que visem melhorar o nível de recuperação do crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Análise de sensibilidade e outras divulgações de risco de mercado, etc.

O *check-list* seguiu uma pontuação binária, a saber: atende as normas (1) e não atende as normas (0). E usou-se a análise vertical e horizontal, bem como médias para se chegar nos resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da pesquisa realizada nos demonstrativos contábeis dos bancos angolanos em relação as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros, foi possível definir os itens mais atendidos bem como as empresas que mais atendem. Dessa forma o estudo considerou 13 bancos sendo: 4 bancos nacionais, 6 bancos estrangeiros e 3 bancos privado.

Os 17 itens analisados de evidenciação foram divididos em 4 categorias: Balanço Patrimonial (BP), Informação de Instrumentos Financeiros (IF) Derivativo Qualitativo e Quantitativo, Gestão do Risco e Outros Itens.

Tabela 1- Grau de evidenciação – BP

Itens de Divulgação	2015		2016	
	Nº de bancos	%	Nº de bancos	%
Ativos financeiros ou passivos financeiros com opção pelo valor justo por meio do resultado	7	54%	11	85%
Ativos financeiro disponíveis para venda	9	69%	10	77%
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	8	62%	10	77%

Fonte: Dados da pesquisa, (2018).

A Tabela 1 apresenta os resultados encontrados nos itens de evidenciação do Balanço Patrimonial. Pode-se verificar que mais da metade dos bancos atenderam aos itens de divulgação, sendo o ativo financeiro disponível para venda mais evidenciado pelos bancos com 69%. O mesmo se repetiu em 2016 com um aumento total no nível de evidenciação de 25% na categoria.

Os ativos financeiros e passivos financeiros apresentado a valor justo tiveram um aumento de 54% para 85% apresentando uma melhoria na evidenciação relativa à atribuição de valor justo para os instrumentos financeiros. Comparando esses resultados com o estudo de Ambrozini (2014) realizado em empresas brasileiras, o autor encontrou na mesma categoria de evidenciação que 97,8% das empresas estudadas.

Tabela 2- Grau de evidenciação das Informação de IF derivativo Qualitativo e Quantitativo.

Itens de Divulgação	2015		2016	
	Nº de bancos	%	Nº de bancos	%
Info. dos IF derivativos qualitativo	9	69%	12	92%
Info. dos IF derivativos quantitativo	9	69%	13	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (2018).

O grau de evidenciação das informações de instrumentos financeiros qualitativo e quantitativo apresentado na Tabela 2 também apresentam bons resultados, tendo percentuais de evidenciação acima de 60% em 2015 e uma evolução na transparência dessas informações com 100% dos bancos apresentarem informações quantitativas dos instrumentos financeiros. Quanto a informação qualitativa apenas um banco deixou de evidenciar nas suas demonstrações contábeis, os 12 bancos restantes apresentaram mesmo de forma sucinta todas as informações relativas aos seus títulos e valores mobiliários.

Também foi verificado que maior parte dos instrumentos financeiros relatados pelos bancos são relativos a títulos de dívida emitidas pelo BNA e o próprio Estado. Visto que muitos bancos analisados aumentaram suas posições nesse ativo. Um dos grandes fatores desse aumento se deve a crise que Angola está atravessando desde 2014, alargando a dívida pública em mais da metade do PIB angolano.

A IFRS 7 também estabelece procedimentos de evidenciação específicos para riscos resultantes de instrumentos financeiros para tal foi analisado se os bancos estão apresentando de forma transparente esses riscos em seus relatórios financeiros apresentados na Tabela 3.

Novamente verifica-se que houve um aumento considerável na evidenciação das informações financeiras. Constatou-se, porém que em 2015 houve um baixo nível de evidenciação da sensibilidade dos riscos, apenas 2 bancos evidenciaram em seus relatórios financeiros, tornando o item menos evidenciado de todos analisados.

Tabela 3- Grau de evidenciação - Gestão do Risco

Itens de Divulgação	2015		2016	
	Nº de bancos	%	Nº de bancos	%
Risco de Crédito	11	85%	11	85%
Risco de Liquidez	11	85%	11	85%
Risco de Mercado	9	69%	9	69%
Exposição total do risco e sua origem	11	85%	11	85%
Políticas e procedimentos de gestão de riscos, método e mensuração utilizada.	13	100%	13	100%
Análise de sensibilidade e outras divulgações de risco de mercado	2	15%	7	54%

Fonte: Dados da pesquisa, (2018).

Em 2016 os Banco Sol e BCGA apresentaram em seus relatórios de forma sumária que realizam monitoramento regular dos seus ativos e passivos com suporte em informações estatísticas sobre as posições em balanço do banco e variações que potencialmente possam existir, evitando um cenário de crise de liquidez.

A Evidenciação dos riscos de Crédito e de Liquidez bem como a exposição total do risco e sua origem, se manterão constante nos dois anos em 85% das empresas onde apenas 2 bancos deixaram de divulgar. O Risco de mercado também de se manteu inalterado, 4 bancos deixaram de evidenciar em seus relatórios, em alguns relatórios de 2016 indicavam que agora que está sendo exigida pela nova regulamentação do BNA, passaram a divulgar nos próximos relatórios.

Quanto ao item de política e procedimentos de gestão de risco, método de mensuração utilizado, foi verificado que maior parte das empresas evidenciam em seus relatórios financeiros, tornando o item mais evidenciado nos bancos analisados com 100%

de evidencia, o mesmo pode ser visto no estudo de Mapurunga *et al.* (2011) realizado no Brasil, com uma amostra de 75 empresas, mostrou que mais de 80% das empresas evidenciam as políticas de de gestão de risco em seus relatórios.

Além dos itens destacados nas categorias anteriores foram também analisados outros itens apresentados na Tabela 4 como garantias e outros instrumentos que visem melhorar o nível de recuperação do crédito, constatou-se que maior parte das empresas associam alguma garantia as suas operações de credito, para além de informação qualitativa também foi evidenciada informação quantitativa.

Tabela 4- Grau de evidenciação - Outros Itens

Itens de Divulgação	2015		2016	
	Nº de bancos	%	Nº de bancos	%
Garantias e outros instrumentos que visem melhorar o nível de recuperação do crédito	11	85%	11	85%
Provisão para perda com crédito	9	69%	7	54%
Contabilidade de <i>Hedge</i>	9	69%	9	69%
Descumprimento de compromissos contratuais	7	54%	7	54%
Itens de Receita, Despesa, Ganho ou Perda	10	77%	11	85%
Ativos financeiros vencidos ou sem perspectivas de recuperação (<i>impairment</i>)	8	62%	11	85%

Fonte: Dados da pesquisa, (2018).

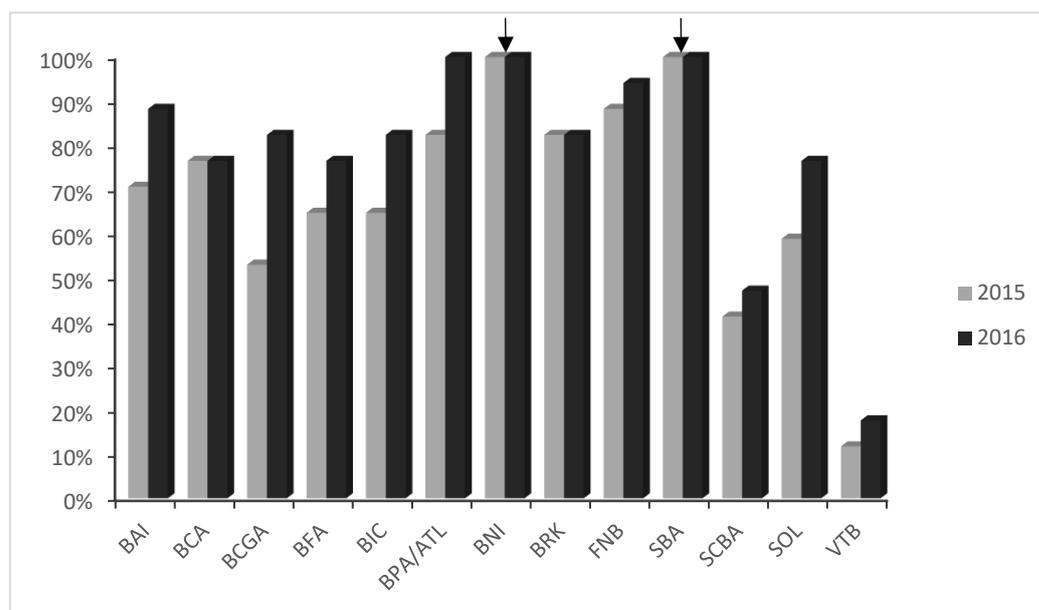
A provisão para perda com crédito foi evidenciada por 9 bancos (69%) do total analisado em 2015, porém em 2016 foi verificado a primeira involução no nível de divulgação dos bancos, caindo o nível para 54% mostrando uma redução no nível de transparências.

Quanto a contabilidade de *Hedge* o nível se manteve inalterado nos dois anos, sendo evidenciada por 69% das empresas o mesmo se deu para o item de divulgação de descumprimentos de compromissos contratuais permaneceu acima dos 50% nos dois anos mostrando consistência no nível de transparência e cumprimento de alguns bancos com as normas internacionais.

Também foi analisado outro item de divulgação exigido, Itens de Receita, despesa, ganho ou perda que apresentou alto nível no seu atendimento pelos bancos, mais de 70% dos bancos em 2015 evidenciaram esse item e em 2016 aumentou para 85%, o mesmo pode ser dito para o item Ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação que aumentou o seu nível de evidenciação em 38% de 2015 à 2016. Percebe-se que grande maioria dos bancos evidenciaram os itens dessa categoria no período de 2016, com uma média de 79% no grau de evidenciação nos dois períodos analisados.

Verificou-se também o grau de evidenciação de cada empresa às normas internacionais, os resultados apresentados no Gráfico 1 mostram um baixo nível de divulgação entre os bancos no primeiro ano de apresentação dos seus relatórios com as normas da IFRS, com uma média de 69% de evidenciação em contrapartida essa percentagem aumentou em 10% no ano seguinte (2016) um crescimento que é baixo que pode ser atribuído ao baixo controle e *enforcement* das leis pelos órgãos reguladores, um quadro que também pode ser visto no estudo de Bova e Pereira (2012) na sua pesquisa em países africanos que adotaram as normais internacionais.

Gráfico 1- Grau de evidênciação - Bancos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Verificou-se também o grau de evidênciação de cada empresa as normas internacionais, os resultados apresentados no Gráfico 1 mostram um baixo nível de divulgação entre os bancos no primeiro ano de apresentação dos seus relatórios com as normas da IFRS, com uma média de 69% de evidênciação em contrapartida essa percentagem aumentou em 10% no ano seguinte (2016) um crescimento que é baixo que pode ser atribuído ao baixo controle e *enforcement* das leis pelos órgãos reguladores, um quadro que também pode ser visto no estudo de Bova e Pereira (2012) na sua pesquisa em países africanos que adotaram as normais internacionais.

Os resultados também mostram que 11 bancos evidenciaram mais de 50% e 6 destes tiveram um grau de evidência acima 75%, O banco BNI e o banco SBA se destacaram entre os outros bancos apresentando um grau de evidênciação de 100% nos dois períodos analisados em contrapartida o banco VTB possui o menor (12%) grau de evidênciação de todos em 2015 e continuando com o mesmo quadro em 2016 com um grau de 18%, seguido do banco SCBA que teve um grau de 41% em 2015 e 47% em 2016. O resultado desses bancos surpreende, pelo fato de serem bancos estrangeiros, precisamente europeus, aonde as normas internacionais do IFRS tiveram sua origem e estão implantadas a muitos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tomou como objetivo avaliar o grau de evidênciação dos bancos angolanos a respeito da evidênciação dos instrumentos financeiros emanados na IFRS 7. Através de um checklist foi analisado cada item de divulgação obrigatória se está sendo atendido nos relatórios financeiros dos bancos nos períodos de 2015 e 2016. Os itens foram agrupados em 4 categorias: (i) balanço patrimonial; (ii) informação de IF derivativo qualitativo e quantitativo, (iii) gestão de risco, (iv) outros itens.

O estudo alcançou seu objetivo, na medida que possibilitou verificar o grau de evidênciação dos bancos as normas internacionais. Os resultados nos permitiram chegar a resposta do problema verificou-se que maior parte dos bancos analisados cumprem com mais de 70% dos itens de divulgação obrigatória.

Foi visto nos resultados que houve um aumento considerável das informações de instrumentos financeiros quantitativos de 69% em 2015 para 100% em 2016, devido aos

bancos aumentarem suas posições com títulos de dívida do Estado, também foi verificado um nível de evidenciação bastante baixo, no item de análise de sensibilidade e outras divulgações de risco pelos bancos, com apenas 2 bancos evidenciando. Que mostra que ainda existe bastante espaço para melhoria. Políticas e procedimento de gestão de riscos foi o item mais divulgado pelos bancos, os mesmos resultados só confirmam, achados de outros autores que fizeram estudos similares em outros países.

Verificou-se também que os bancos estrangeiros obtiveram os níveis mais baixos de grau de evidenciação das normas, sendo que dos 6 bancos apenas 2 tiveram grau de evidenciação acima de 80%, o restante apresentou níveis tão baixos quanto 12%, algo que não ocorre em outros países africanos como Kenya e Egito as companhias estrangeiras apresentam maior grau de cumprimento com as normas internacionais do que as companhias nacionais conforme indicaram os estudos de Ebrahim e Fattah, (2015), Bova e Pereira, (2012).

Entretanto resultados encontrados nesse estudo mostram que houve uma melhoria considerável no grau evidenciação de 2015 para 2016, e para os primeiros anos de adoção já é um grande passo indicando que a obrigatoriedade da norma pelo banco BNA foi positiva e atingiu seu objetivo. Os resultados também mostraram que a média de evidenciação entre os bancos é de 69% que é um grau razoável levando-se em consideração que foram analisados os 2 primeiros anos de adoção.

As limitações encontradas durante a pesquisa foram de escassez de estudos em Angola sobre o tema, bem como um horizonte temporal pequeno. Sugere-se para novas pesquisas, que se considere uma amostra maior, recomenda-se também analisar quais são os impactos e obstáculos que empresas fora do setor financeiro podem incorrer ao adotarem as normas internacionais.

6. REFERÊNCIAS

ANGOLA. Associação Angolana de Bancos. **Relatório Anual**: exercício 2016. Luanda. 147 P. Disponível em: <<http://www.abanc.ao/publicacoes/relatorios/>> Acesso em: 24 jan 2018

ABDULSALLAM, Nasiru *et al.* Quality of Accounting Reporting After the IFRS Adoption in Nigeria. **International Journal of Business, Economics and Management**, v. 3, n. 11, p. 160–172, 2016. Disponível em: <<http://www.conscientiabeam.com/journal/62/abstract/4651>> Acesso em: 16 jan 2018

AL-MUTAIRI, Abdullah; NASER, Kamal; AL-DUWAILA, Nabi. Students' Attitudes towards the Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Kuwait. **Asian Social Science**, v. 13, n. 5, p. 85, 2017. Disponível em: <<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ass/article/view/66558>> Acesso em: 16 jan 2018

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, p. 112–136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 09 fev 2018

ALVES, Maria; ANTUNES, Eduardo. A implementação das normas internacionais de contabilidade na Europa – um estudo comparativo. p. 28, 2010. Disponível em: <http://www.dge.ubi.pt/investigacao/TDiscussao/TD10_2010.pdf> Acesso em: 20 dez 2017

ALZEBAN, Abdulaziz. Factors influencing adoption of the international financial reporting standards (IFRS) in accounting education. **Journal of International Education in Business**, v. 9, n. 1, p. 2–16, 2016. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/JIEB-10-2015-0023>> Acesso em: 16 jan 2018

AMARAL, Carlos Antonio Lopez Vaz. Derivativos: O que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, p. 71–80, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000200005> Acesso em: 20 dez 2017

AMARAL, Catarina Xavier. Processo de Harmonização Contabilística Internacional : Tendências Actuais. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 10, p. 33-58, 2001. Disponível em: <http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD10/gestaodesenvolvimento10_33.pdf> Acesso em: 20 dez 2017

AMBROZINI, Marcelo Augusto. Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 24, p. 25–42, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n24p25>> Acesso em: 19 dez 2017

ANTÓNIO, Barroso. **A Importância da Internacionalização das Normas Contabilísticas: Qual o Impacto, em Termos de Transparência da Informação Contabilística, Provocada Pela Adoção das Normas IFRS Em Angola?** 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) - Departamento de Ciências Económicas, Empresariais e Tecnológicas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2014.

Banco Nacional de Angola. **Comunicado 2016**. Luanda 2016. Disponível em: <http://bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=14318&idsc=15101&idl>

BOGDAN, Oana et al. Accounting practitioners perception over the impact of IFRS implementation on the performance of entities in the construction sector from the western region of Romania. **Studia Universitatis “Vasile Goldis” Arad – Economics Series**, v. 27, n. 4, p. 26–36, 2017. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/j/sues.2017.27.issue-4/sues-2017-0015/sues-2017-0015.xml>> Acesso em: 20 dez 2017

BOVA, Francesco; PEREIRA, Raynolde. Discussion of the Determinants and Consequences of Heterogeneous IFRS Compliance Levels Following Mandatory IFRS Adoption: Evidence from a Developing Country. **Journal of International Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 113–118, 2012. Disponível em: <<http://aaajournals.org/doi/10.2308/jiar-10226>> Acesso em: 09 jan 2018

BRAVO, Wilma Jandira Pereira. **A auditoria e a informação financeira num contexto de crescimento em Angola**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) - Departamento de Ciências Económicas, Empresariais e Tecnológicas, Universidade Autónoma De Lisboa, Lisboa, 2015.

CAMFFERMAN, Kees; ZEFF, Stephen A. **Financial Reporting and Global Capital Markets: A History of the International Accounting Standards Committee, 1973-2000**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. 702 p.

CARNEIRO, Reinaldo Busch Alves. **Divulgação de Informações sobre Instrumentos Financeiros e Riscos Bancário: Uma Análise Comparativa**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária da

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA JUNIOR, Jorge Vieira Da. Uma avaliação do nível de evidenciação das companhias abertas, no Brasil, no tocante aos instrumentos financeiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. 32, p. 23–39, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000200002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 20 dez 2017

DARÓS, Leandro Luís. **Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: Uma comparação entre as informações divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos pelas empresas brasileiras emittentes de ADRS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

DARÓS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 39, p. 68–80, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000300006&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 23 dez 2017

DOWA, Abulkasem et al. Main Worldwide Cultural Obstacles on Adopting International Financial Reporting Standards (IFRS). **International Journal of Economics and Finance**, v. 9, n. 2, p. 172, 2017. Disponível em: <<http://ccsenet.org/journal/index.php/ijef/article/view/65692>> Acesso em: 22 dez 2017

EBAID, Ibrahim El-Sayed. International accounting standards and accounting quality in code-law countries. **Journal of Financial Regulation and Compliance**, v. 24, n. 1, p. 41–59, 2016. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/JFRC-12-2011-0047>> Acesso em: 16 jan 2018

EBRAHIM, Ahmed; FATTAH, Tarek Abdel. Corporate governance and initial compliance with IFRS in emerging markets: The case of income tax accounting in Egypt. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 24, p. 46–60, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2015.02.003>>

ERNESTO, KÁTIA MARIA VAN-DÚNEM JAIME. **A ADOÇÃO DAS IFRS EM ANGOLA**. 2016. Dissertação (Mestrado Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais) – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

GIL Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HERBERT, Wilson E.; ENE, Emeka E.; TSEGBA, Ioraver N. Globalization of financial reporting : obstacles to international financial reporting standards (IFRS) Adoption in Nigeria. **Asian Journal of Business and Management Sciences**, v. 3, n. 12, p. 25–41, 2014. Disponível em: < <http://www.ajbms.org/articlepdf/2ajbms05201403122839.pdf>> Acesso em: 16 jan 2018

HILLIER, David; HODGSON, Allan; NGOLE, Shaban. IFRS and Secrecy: Assessing Accounting Value Relevance Across Africa. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 27, n. 3, p. 237–268, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jifm.12043>> Acesso em: 16 jan 2018

LEITE, Leandro Oliveira. A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS AOS PADRÕES INTERNACIONAIS. **Revista Científica Semana**

- Acadêmica**, v. 1, p. 16, 2013. Disponível em:
<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_convergencia_das_normas_contab_eis_brasileiras_aos_padroes.pdf> Acesso em: 17 abril 2018
- LEMOS, Kátia Matos; RODRIGUES, Lúcia Lima; ARIZA, Lázaro Rodríguez. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. VII, n. 12, p. 145–175, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112009000200009> Acesso em: 28 jan 2018
- LOPES, Patrícia Teixeira; RODRIGUES, Lúcia Lima. Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. **International Journal of Accounting**, v. 42, n. 1, p. 25–56, 2007. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002070630600104X>> Acesso em: 16 jan 2018
- MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira De; SILVA, Kátia Beatriz Amaral Da. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 1, p. 115–139, 2004. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/704>> Acesso em: 17 jan 2018
- MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; CARVALHO, Luciano Ferreira. Disclosure de instrumentos financeiros e retornos anormais para empresas brasileiras. **FACEF Pesquisa**, v. 13, n. 3, 2006. Disponível em:
<<http://periodicos.unifacf.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/247>> Acesso em: 13 fev 2018
- MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha et al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 263–278, 2011. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34339>> Acesso em: 16 jan 2018
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de. Harmonização das normas internacionais de contabilidade. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia Harmonização**, 2009. Disponível em:
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf> Acesso em: 29 nov 2017
- MURCIA, Fernando Dal-ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Regulação Contábil E a Divulgação De Informações De Operações Com Instrumentos Financeiros Derivativos : Análise Do Impacto Da Cvm No 566 / 08 E Da Cvm No 475 / 08 No Disclosure Das Companhias Abertas No Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 6, p. 3–21, 2009. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rco/article/view/34738> Acesso em: 16 jan 2018
- NOBES, C.; PARKER, R. **Comparative International Accounting**. 10. ed. Londres: Pearson Education Limited, 2012.
- NWOYE, Ugochukwu et al. Nigerian Banks and Global Ranking: The IFRS Compliance Impact. **SSRN Electronic Journal**, n. 6, 2017. Disponível em:
<<https://www.ssrn.com/abstract=2982328>> Acesso em: 06 março 2018

OUTA, Erick Rading; OZILI, Peterson; EISENBERG, Paul. IFRS convergence and revisions: value relevance of accounting information from East Africa. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 7, n. 3, p. 352–368, 2017. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/JAEE-11-2014-0062>> Acesso em: 17 jan 2018

PEIXOTO, Franciele; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. O Impacto da Convergência Contábil na Evidenciação dos Instrumentos Financeiros Derivativos das Empresas Brasileiras. **Revista de Gestão**, Finanças e Contabilidade, v. 2, n. 1, p. 39–55, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/34>> Acesso em: 16 março 2018

SANTOS, António Carlos dos. A tributação do consumo em Angola: rumo à adoção do IVA? **OTOC**, v. 151, p. 44–50, 2012. Disponível em: <<https://antoniocarlosdossantos.files.wordpress.com/2016/12/a-tributac3a7c3a3o-do-consumo-em-angola.pdf>> Acesso em: 16 dez 2017

SHEHU, Aliyu Usman; MASUNDA, Tariro. Compliance with International Financial Reporting Standards. **International Journal of Business and Management Invention**, v. 4, n. 12, p. 26–35, 2015. Disponível em: <[http://www.ijbmi.org/papers/Vol\(4\)12/D04012026035.pdf](http://www.ijbmi.org/papers/Vol(4)12/D04012026035.pdf)> Acesso em: 16 março 2018

TANKO, Mohammad. The Effect of International Financial Reporting Standards (IFRS) Adoption on the Performance of Firms in Nigeria. In: International Financial Reporting Standards (IFRS) Conference, 2012, Buraydah. **Palestra...** Buraydah: 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/284693924_The_Effect_of_International_Financial_Reporting_Standards_IFRS_Adoption_on_the_Performance_of_Firms_in_Nigeria> Acesso em: 16 jan 2018

ZEFF, Stephen. The Evolution of the IASC into the IASB, and the Challenges it Faces. **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 120202131311000, 2012. Disponível em: <<http://aaajournals.org/doi/abs/10.2308/accr-10246>> Acesso em: 23 fev 2018

ZEGHAL, Daniel; MHEDHBI, Karim. An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. **The International Journal of Accounting**, v. 41, n. 4, p. 373–386, 2006. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0020706306000768>> Acesso em: 23 fev 2018